

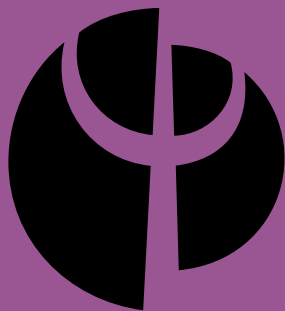
JOURNAL

psi

NÚMERO 173 • ABR | MAI • 2013



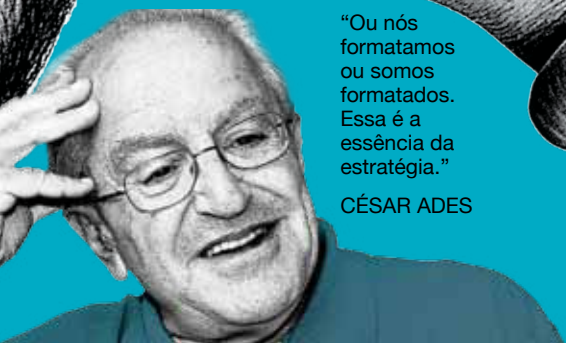
Conselho Regional
de Psicologia SP



50 ANOS DA PSICOLOGIA NO BRASIL

“Ou nós
formatamos
ou somos
formatados.
Essa é a
essência da
estratégia.”

CÉSAR ADES



EDITORIAL | 50 ANOS DA PSICOLOGIA NO BRASIL

Muito a comemorar, muito mais a fazer” é o lema que nos tem guiado ao longo de todas as atividades relacionadas aos 50 anos da Psicologia no Brasil.

03

PROFISSÃO | NA PERSPECTIVA DO BEM COMUM

O golpe militar de 1964 impediu que a Psicologia, como profissão, voltasse sua atenção às demandas sociais da população brasileira. Desde 1988, contudo, há um importante processo de mudança visando cada vez mais o bem comum.

04

PROFISSÃO | PSICOLOGIA CLÍNICA: NO CONSULTÓRIO E ALÉM DELE

Como a Psicologia Clínica tem se reformulado com o correr dos anos.

07

FORMAÇÃO | NA ERA DA INCLUSÃO

As mudanças do país na última década permitiram à Psicologia ampliar o seu olhar em direção às populações mais vulneráveis e demarcar a sua contribuição social, mas ao mesmo tempo exigem novos padrões de qualificação dos profissionais.

08

FORMAÇÃO | NEUROPSICOLOGIA: O DESAFIO DE FAZER CIÊNCIA DE QUALIDADE COM COMPROMISSO SOCIAL

Em anos recentes as Neurociências têm se desenvolvido e atraído psicólogos(as) e outros (as) especialistas, criando novas possibilidades de atuação.

11

FORMAÇÃO | UM ENCONTRO DE GERAÇÕES

As psicólogas Odette de Godoy Pinheiro, 79 e Juliana Thomaz Batista, 27, falam de suas experiências e visões sobre a formação em Psicologia.

12

INSTITUCIONAL | CRP SP: MAIS PRESENTE E PLURAL

Novo modelo de gestão do CRP SP integra ações por meio da abordagem intersetorial e visa reforçar diálogo com os (as) profissionais de Psicologia, os poderes e a sociedade.

15

INSTITUCIONAL | UM CRP DE TODOS(AS) PSICÓLOGOS(AS)

A importância do processo de regionalização por meio das sedes do CRP SP.

17

INSTITUCIONAL | PROCEDIMENTOS ÉTICOS: 50 ANOS DE CUIDADOS

Como foram constituídos os Códigos de Ética dos Psicólogos e como eles evoluíram ao longo do tempo.

18

INSTITUCIONAL | UM CÓDIGO ATUAL E AVANÇADO

O psicólogo Odair Furtado analisa os avanços alcançados com o atual Código de Ética, promulgado em 2005.

19

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE | NA DIRETRIZ DOS DIREITOS HUMANOS

Nos últimos anos a Psicologia consolidou a sua posição em defesa dos setores mais vulneráveis da população, colocando-se na linha de frente do debate para a construção de uma sociedade que entenda a diversidade como um valor a ser respeitado e promovido.

20

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE | ESPAÇO PARA EXISTIR

Participação como sujeito e convívio social são determinantes para o tratamento de pessoas com transtornos mentais.

23

FUTURO | QUE PSICOLOGIA TEREMOS?

Por iniciativa do professor César Ades (1943-2012), o *workshop* Perspectivas Estratégicas para a Psicologia reuniu profissionais das mais diversas orientações para discutir o futuro da Psicologia.

26

PENALIDADE ÉTICA

30

PROCESSOS ÉTICOS

31



Conselho Regional de Psicologia SP

PSI Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Maria de Fátima Nassif
Vice-presidente | Fernanda Bastos Lavarello
Secretária | Ana Ferri de Barros
Tesoureiro | Leandro Gabarra

Conselheiros efetivos

Ana Ferri de Barros, Carla Biancha Angelucci, Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini, Fernanda Bastos Lavarello, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Janaina Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Leandro Gabarra, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Maria de Fátima Nassif, Maria Oriene Daré, Mariângela Aoki, Patrícia Unger, Raphael Bataglia, Teresa Cristina Lara de Moraes

Conselheiros suplentes

Alacir Villa Valle Cruces, Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo, José Ricardo Portela, Leonardo Lopes da Silva, Lilihan Martins da Silva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Luiz Tadeu Pessutto, Marília Capponi, Marly Fernandes dos Santos, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Roberta Freitas Lemos, Rosana Cathya Ragazzoni Mangini

Comissão de Comunicação

Coordenadora Maria de Fátima Nassif
Gerente-geral Diógenes Pepe
Coordenadora de Comunicação Christiane Gomes

Realização Ziroldo Carolino Comunicação
(11) 2579-5079 | (11) 2579-5089

Jornalista Responsável Carlos Carolino (MTb 13.559)

Arte Ligia Minami
Revisão Célia Genevez

Impressão: Esdeva Empresa Gráfica
Tiragem 79.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315



◉ editorial

50 anos da Psicologia no Brasil

“Muito a comemorar, muito mais a fazer” é o lema que nos tem guiado ao longo de todas as atividades relacionadas aos 50 anos da Psicologia no Brasil. E os(as) psicólogos(as) de São Paulo participaram ativamente das comemorações: estavam presentes nas atividades desenvolvidas em cada uma das nove subseções e na região metropolitana, em 27 de agosto, quando muitos(as) dos(as) psicólogos(as) que contribuíram para a consolidação da Psicologia foram homenageados(as). Nossa categoria também esteve presente durante a II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, apresentando seus trabalhos, compartilhando experiências, conhecendo outras práticas, outras formas de produzir conhecimento e intervir sobre a realidade. A II Mostra reafirmou de maneira firme e criativa a pluralidade da Psicologia brasileira, cada vez mais comprometida com a transformação das condições de vida e com a promoção do bem comum.

Nesta edição do *Jornal PSI*, que encerra o ciclo de celebrações pelos 50 anos, dedicamo-nos a uma retomada do percurso de nossa ciência e de nossa profissão. Apresentamos, inicialmente, um panorama sobre as relações entre Psicologia e Trabalho, interlocução tão fundante de nossa identidade profissional, e que tem se reinventado a partir de novos marcos teóricos e novas tensões no campo da produção da vida. Outro campo extremamente significativo para nossa identidade profissional também é alvo de análise: a Psicologia Clínica. Por ocasião de mais um volume da coleção de vídeos História e Memória da Psicologia, dessa vez, dedicado à Psicologia Clínica, o *Jornal PSI* conversou com gerações de diferentes profissionais para pensar quais os desafios colocados na atualidade e, principalmente, quais têm sido as respostas produzidas para lidar com os processos de subjetivação vigentes. Dessa maneira, revisitamos áreas tradicionais de nossa ciência e de nossa profissão, revelando seus movimentos e reafirmando sua importância.

Também lançamos o olhar para o cenário de embates em que nós, psicólogos(as), em conjunto com inúmeros(as) outros(as) agentes sociais, pudemos protagonizar lutas e

conquistas no campo dos direitos humanos. Convidamos colegas a avaliarem a história de algumas das principais questões enfrentadas, apontando, inclusive, suas implicações para o exercício profissional na atualidade. A luta antimanicomial, o direito à sexualidade, a educação inclusiva, a promoção de direitos humanos, entre outras, são algumas das bandeiras sustentadas por nós, desde a regulamentação de nossa profissão, e que estão refletidas em nossos posicionamentos éticos, políticos, teóricos e metodológicos.

Como não poderia deixar de ser, neste exercício de reflexão, colocamos em análise os processos de gestão da autarquia CRP SP, compartilhando as mudanças no modo de pensar e planejar as ações políticas de nosso Conselho: a gestão por projetos marca a necessidade permanente do exercício da intersectorialidade, de maneira a garantir uma perspectiva de atenção integral à população. Ainda no sentido de promover a maior coerência com os princípios que defendemos, discutimos também o sentido das ações de regionalização do CRP SP, por meio do trabalho cada vez mais afinado entre as subseções e a região metropolitana, o que tem resultado em aumento da potência de intervenção estadual.

O *Jornal PSI* foca uma experiência significativa, construída pelo professor César Ades. Como forma de homenageá-lo e de fazer permanecer seu projeto de constituição de uma pauta estratégica para o futuro da Psicologia, compartilhamos os resultados da reunião ocorrida no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, em dezembro de 2011.

Por fim, convidamos todos(as) os(as) colegas a participarem dos rumos de sua profissão, por meio da participação no Congresso Nacional da Psicologia e no processo eleitoral. O CRP SP mantém áreas em sua página na internet que, dedicadas aos dois processos, possibilitam o acompanhamento de cada passo desses momentos tão fundamentais no aprimoramento da democracia interna do Sistema Conselhos de Psicologia. Porque é assim, coletivamente, que criamos novos caminhos possíveis em nossa profissão!

na perspectiva



O golpe civil-militar de 1964 impediu que a Psicologia, como profissão, se voltasse para atender as demandas sociais da população brasileira. Desde 1988, contudo, há um importante processo de mudança visando cada vez mais o bem comum. Duas áreas da Psicologia – Organizacional e Saúde do Trabalhador – são exemplos desse movimento.

do bem comum

O ano de 2012 foi o marco histórico dos 50 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil. Ele simboliza não apenas os avanços conquistados desde 1962 como ciência, como também no que se refere aos direitos de toda a categoria e à crescente inserção da profissão nas políticas públicas.

Para compreender essa trajetória e suas implicações no cenário atual é preciso lembrar, por exemplo, que antes da regulamentação os médicos é que exerciam uma abordagem psicológica no atendimento aos usuários da saúde.

Mesmo a regulamentação, em 1962, não garantiu inicialmente o espaço de atuação aos profissionais da nova área. Por isso, os primeiros anos se caracterizaram por movimentos para estabelecer os limites de atuação, pela ocupação de espaços na saúde e também pela defesa do próprio campo profissional, ainda predominantemente ocupado por médicos.

O golpe civil-militar de 1964, com a instalação de um regime repressivo e controlador, abalou as nascentes conquistas da Psicologia – principalmente no que se refere à sua relação com a sociedade, que praticamente foi interrompida.

Sem interlocução com os poderes constituídos e, conseqüentemente, alijada da possibilidade de contribuir para a construção de um sistema de atenção pública à população, a profissão dividiu-se essencialmente entre o atendimento individual (veja o quadro *Psicologia Clínica: no consultório e além dele*, nesta matéria) e o trabalho em empresas – na seleção de pessoal, treinamento e reciclagem profissional.

Voltando no tempo, a psicóloga e psicanalista Maria Angela Santa Cruz, do Departamento de Psicanálise, coordenadora do NURAAJ (Núcleo de Referência em Atenção à Adolescência e à Juventude) da Clínica Psicológica e integrante da equipe gestora da Clínica Psicológica do Institu-

to Sedes Sapientiae, relembra uma visão típica dos anos 1960/70. “Naquela época, a Psicologia Clínica era considerada ‘coisa de burguês’. Em certa medida, diz, ainda é vista assim por alguns setores.

Ainda que a Psicologia venha se tornando cada vez mais plural, com novas e crescentes frentes de atuação, a importância das áreas tradicionais continuam sendo de grande relevância e ajudam a entender o movimento mais geral da Psicologia.

As mudanças ocorridas a partir da redemocratização do país, em 1988, podem não ter sido imediatas ou radicais quanto à Psicologia Clínica, mas pouco a pouco, um novo caminho foi sendo seguido. Frente a demandas sociais cada vez maiores e mais complexas, ela passou a se repensar sob os pontos de vista científico e técnico, construindo “tecnologias” que a habilitam a ter um papel cada vez mais relevante nas políticas públicas.

De forma similar ao que ocorreu com a Psicologia Clínica, três outras áreas tradicionais da Psicologia também passaram a enfrentar novas questões, sob o ângulo de como melhor servirem ao bem comum: a Psicologia Organizacional, a do Trabalho e a da Saúde do(a) Trabalhador(a).

ORGANIZACIONAL

Na Psicologia Organizacional algumas perguntas se colocaram de pronto. Quais devem ser as prioridades do(a) psicólogo(a) que atua nesse campo? Como estabelecer limites de atuação às demandas organizacionais? De que modo o(a) psicólogo(a) deve trabalhar em organizações a fim de promover qualidade de vida no trabalho?

Ainda que as perguntas pareçam singelas, as respostas não o são. Em grande parte porque a Psicologia Organizacional ainda traz a marca da relação estabelecida no período autoritário. “A história do psicólogo nas organizações tem uma carga emocional muito forte. A sua imagem é associada àquele(a) que



presta serviços ao capital, sem pensar na saúde emocional e no bem-estar das pessoas”, afirma o psicólogo Roberto Heloani, professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) na área de Psicologia do Trabalho e Saúde do(a) Trabalhador(a).

“Alguns psicólogos realmente não tiveram uma atitude que poderíamos avaliar como ética”, diz Heloani. “Acabaram assumindo o papel de selecionar, treinar e demitir, mas não o de cuidar das pessoas, embora seu potencial evolutivo fosse maior do que esse.”

Por isso, ele acredita que o grande desafio desses profissionais nas empresas seja encontrar o equilíbrio entre o capital e o trabalho. Mais especificamente, entre o lucro e o ser humano.

“Está na hora de o psicólogo organizacional tomar o seu lugar e assumir, efetivamente, um compromisso explícito com o ser humano e não com o capital”, afirma Heloani. Segundo ele, isso não exclui trabalhar em uma organização, mas pressupõe que se tenha uma visão mais ampla e lúcida de onde se está e a quais valores se está servindo. “O psicólogo pode pensar na produção, mas deve aproveitar para conscientizar a gestão sobre a necessidade de cuidar da saúde física e mental das pessoas. Ele precisa propiciar um ambiente no qual haja espaço para ser, combatendo – e denunciando – ambientes perversos que favoreçam ao adoecimento”, sustenta.

Roberto Heloani acrescenta que o(a) profissional de Psicologia deve ampliar seu olhar e considerar sempre os elementos históricos e culturais do contexto em que está envolvido(a), independentemente da área na qual escolheu atuar. “A interface com outras áreas é vital, em virtude das rápidas mudanças pelas quais passa o próprio conhecimento, e o grande desafio é relacionar-se com outras disciplinas e ampliar os campos do saber”, afirma.

SAÚDE DO(A) TRABALHADOR(A)

Em 4 de maio, mês em que são historicamente realizadas comemorações, exposições, reivindicações e protestos sobre o trabalho no Brasil e no mundo, questões acerca da relação entre psicologia e trabalho como ciência e profissão foram debatidas no Seminário Estadual Psicologia no Trabalho e Psicologia como Trabalho. A atividade aconteceu em São Paulo e reuniu profissionais, pesquisadores, sindicalistas, além de pessoas e organizações interessadas nessas interfaces.

A programação incluiu, por um lado, debates sobre como a Psicologia está atuando nos espaços de trabalho, por meio da psicologia organizacional, da saúde do (a) trabalhador (a) e da economia solidária; por outro lado, se discutiu também a inserção dos (as) profissionais de Psicologia nas diversas áreas de atuação, nas várias regiões do estado de São Paulo, destacando a predominância das mulheres na composição da categoria, e como as(os) psicólogas(os) tem se organizado pelos seus direitos como trabalhadoras(es).

Foram apresentados os relatos produzidos em eventos preparatórios realizados nas subsedes, construindo um quadro atualizado pelo olhar das(os) psicólogas(os) paulistas. O CRP SP, a partir de 2012, entre seus projetos de ação sob uma perspectiva intersectorial e cada vez mais referenciada em situações do cotidiano, criou o Projeto Integrador Mundo do Trabalho, responsável pela organização deste seminário estadual. O Projeto, propondo diálogo com as instâncias legais, sindicais e entidades da Psicologia, tem desenvolvido outras ações para promover a qualidade profissional dos serviços psicológicos prestados à população, em condições e relações de trabalho adequadas, bem como o aproveitamento e a promoção do conhecimento da psicologia nos contextos do trabalho. ●

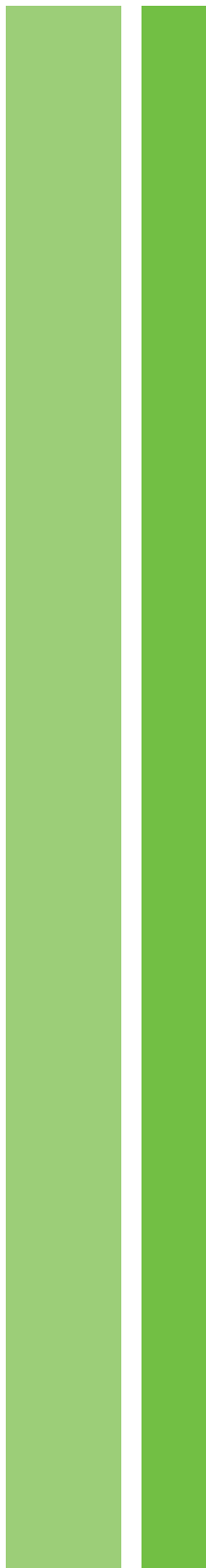


PSICOLOGIA CLÍNICA: NO CONSULTÓRIO E ALÉM DELE

A Psicologia Clínica é um dos segmentos mais representativos da Psicologia desde a sua origem como profissão no Brasil. Em 2009, segundo o Conselho Federal de Psicologia, cerca de 80% dos(as) psicólogos(as) do país atuavam nessa área. Trata-se, por isso mesmo, de uma área em movimento. Nas décadas mais recentes, ela vem se repensando e reinventando para responder à novas demandas da sociedade. A prática ampliada da Psicologia Clínica, por exemplo, pode ser encontrada no sistema público de Saúde e em outras instituições da área.

“É fundamental associar a prática da Psicologia Clínica a outras atividades de formação e à troca de conhecimentos e experiências, como grupos de estudo, congressos, seminários, espaços de escuta e outras formações de qualidade reconhecida, além, é claro, da supervisão”, diz a psicóloga Emília Aparecida Calixto Afrange, especializada em clínica e vice-presidente da Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP). Ainda que a representação social da Psicologia Clínica a associe ao divã, são diversas as abordagens teóricas e inúmeras as técnicas científicas utilizadas. O fato é que esse é um campo necessariamente plural e dinâmico, pois se relaciona às várias formas de se expressar afetos, atitudes, percepções, comportamentos e pensamentos. Uma boa ideia de como o segmento está avançando poderá ser visto em vídeo dedicado ao tema. O trabalho foi desenvolvido sob a responsabilidade da psicóloga Odete Pinheiro de Godoy e faz parte do Projeto História e Memória da Psicologia, do CRP SP, a ser lançado em breve.

As mudanças do país na última década permitiram à Psicologia ampliar o seu olhar em direção às populações mais vulneráveis e demarcar a sua contribuição social, mas ao mesmo tempo exigem novos padrões de qualificação dos(as) profissionais.



era da inclusão



A

formação em Psicologia nunca ofereceu tantas possibilidades de atuação como hoje. Ao mesmo tempo, em nenhuma outra época exigiu dos(as) profissionais que

atuam ou pretendem atuar na profissão um conhecimento tão complexo – capaz de atender as necessidades específicas de diferentes segmentos da população e pensar estratégias de atendimento para a sociedade como um todo. Para avançar na compreensão do sujeito e entender como os conflitos o afetam é preciso conhecer a sua inserção nos espaços coletivos. E, ao entender os fenômenos específicos vividos por populações em situação vulnerável, se avança no conhecimento das questões sociais que afetam a sociedade como um todo.

Esse enfoque não fez parte da formação dos(as) profissionais de Psicologia durante pelo menos os primeiros 26 anos de regulamentação da profissão. Não por acaso, coincidem com os 21 anos que durou a ditadura civil-militar de 1964-1985. Nesse período, essas abordagens não foram regra e, sim, exceção. Especialmente no que se refere à graduação. Em boa medida, foi somente graças à ousadia de professores(as) que tomaram como tarefa política remar contra a maré dominante, recusando a formação tecnicista e propondo um olhar aprofundado e contextualizado para o ser humano, para os grupos e instituições que a profissão resistiu a ser cooptada como instrumento de justificação de privilégios e exclusão.

A psicóloga e pesquisadora Maria da Graça Marchina Gonçalves, da PUC SP, aponta a Constituição de 1988 como um marco na história do país e da profissão. “O

campo começa a mudar. Temos nesse mesmo ano a criação do SUS (Sistema Único de Saúde) e, em 1990, a aprovação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Os psicólogos estiveram e estão presentes nesses movimentos. Aos poucos se consolida a ideia de políticas públicas e a gente percebe que, para funcionar, isso tem que ser articulado como uma concepção de formação. Uma concepção que tem na retaguarda ideias como a garantia de direitos e a real democratização do país”, diz Graça Gonçalves.

A mudança institucional mostrou que a categoria estava diante da oportunidade histórica de também promover uma virada profunda em seus pressupostos de atuação. Assim, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de todo o país iniciaram um processo de discussão durante o primeiro semestre de 1992, que resultou em um encontro nacional no fim de julho e começo de agosto, na cidade paulista de Serra Negra, com o objetivo de discutir a formação dos(as) psicólogos(as).

O documento final desse fórum, a *Carta de Serra Negra*, enumerou sete propostas:



Graça Gonçalves: Psicologia avançou como concepção de políticas públicas e garantia de direitos.

- 1) Desenvolver a consciência política de cidadania, o compromisso com a realidade social e a qualidade e vida;
- 2) Desenvolver atitude de construção de conhecimento, enfatizando uma postura crítica, investigadora e criativa, fomentando a pesquisa num contexto de ação-reflexão-ação, bem como viabilizando a produção técnico-científica;
- 3) Desenvolver o compromisso da ação profissional cotidiana baseada em princípios éticos, estimulando a reflexão permanente desses fundamentos;
- 4) Desenvolver o sentido da universidade, contemplando a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- 5) Desenvolver a formação básica pluralista, fundamentada na discussão epistemológica, visando a consolidação de práticas profissionais, conforme a realidade sociocultural, adequando o currículo pleno de cada agência formadora ao contexto regional;
- 6) Desenvolver uma concepção de homem, compreendido em sua integralidade e na dinâmica de suas condições concretas de existência;
- 7) Desenvolver práticas de interlocução entre os diversos segmentos acadêmicos, para avaliação permanente do processo de formação.

Vinte anos depois, é possível retomar aquele chamado à ação e refletir sobre seus impactos. Hoje, está claro que a Psicologia reinventou a sua importância social, a partir da participação de profissionais nos mais variados contextos de atuação e de produção científica. ●





NEUROPSICOLOGIA: O DESAFIO DE FAZER CIÊNCIA DE QUALIDADE COM COMPROMISSO SOCIAL

Em anos recentes as Neurociências têm se desenvolvido de forma considerável, atraindo especialistas de diversas áreas. Trata-se de uma área que oferece oportunidades também para os(as) psicólogos(as). “As Neurociências têm possibilitado a compreensão do funcionamento do cérebro e da cognição de uma forma jamais vista”, afirma Elizeu Macedo, mestre e doutor em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo e professor do Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

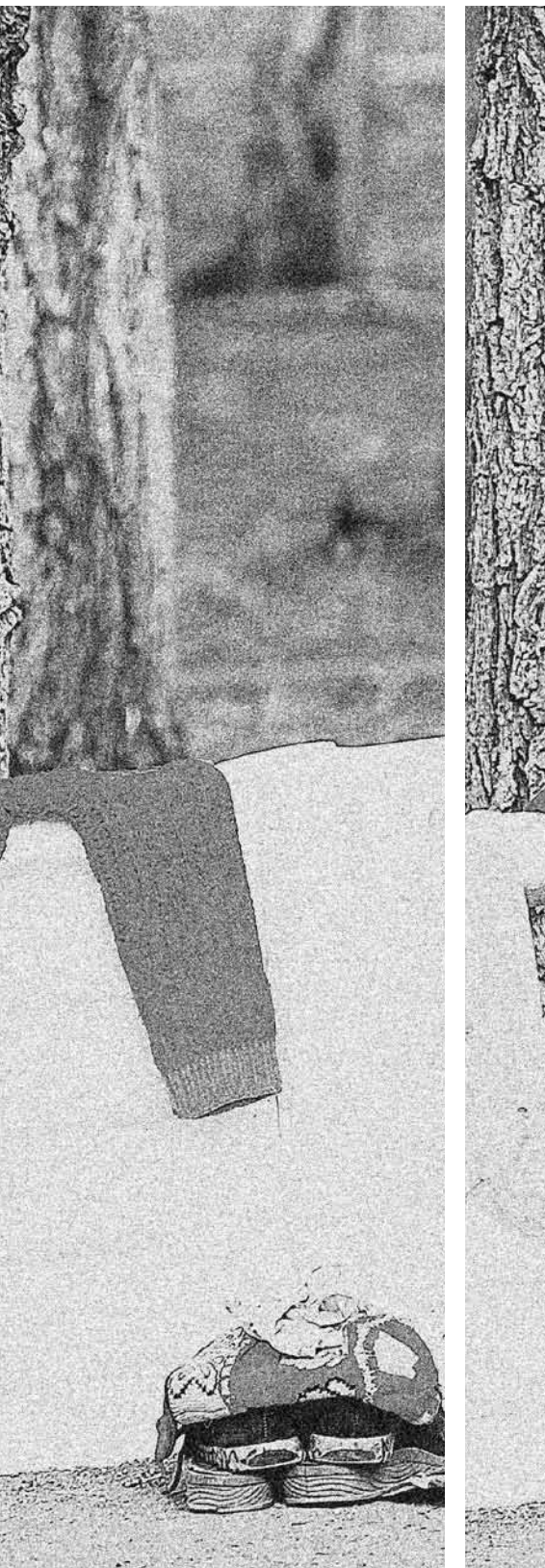
Segundo ele, esse avanço se deve, em parte, à natureza multidisciplinar desse ramo da ciência, que vem atraindo de biólogos(as) e geneticistas até filósofos(as) e teólogos(as). “O conhecimento produzido por pesquisadores e clínicos com diferentes abordagens teóricas e recursos metodológicos tem permitido uma compreensão aprofundada e abrangente da arquitetura cognitiva”, afirma Elizeu.

A Psicologia tem contribuído para isso. “O psicólogo tem um olhar que permite contemplar aspectos de comportamento, aspectos sociais e também bases neurobiológicas”, diz Elizeu. “No caso de uma criança com dificuldades de aprendizagem, por exemplo, você pode pensar a situação levando em consideração aspectos neurobiológicos ao lado de fatores sociais, afetivos e emocionais”.

Atualmente as Neurociências são divididas em seis níveis de análise. O primeiro é o molecular, no qual se estuda o papel dos neurotransmissores (na consolidação da memória, por exemplo). Um segundo nível é o celular, que identifica os diferentes tipos de células nervosas e seu modo de funcionamento. No terceiro nível, sistêmico, entra a análise do conjunto de neurônios que formam estruturas complexas relacionadas com funções específicas como a visão ou o movimento voluntário.

O quarto nível é o comportamental, no qual se analisam os sistemas neurais que produzem comportamentos integrados, por exemplo, identificando áreas do cérebro que podem estar comprometidas em doenças neurodegenerativas. Num quinto nível estão as neurociências cognitivas, que estudam as relações entre mecanismos neurais e atividades mentais superiores do ser humano, como consciência, imaginação e linguagem. No sexto e último nível se encontra a neurociência social, que analisa como o cérebro funciona em diferentes situações de interação social.

Segundo Elizeu, estudos nesta última área ajudam a entender, por exemplo, a formação de vínculo entre mãe e filho a partir do estudo de estruturas neurais relacionadas com o reconhecimento da voz e do rosto da mãe. “Além disso, temas como empatia, preconceito, tomada de decisão, dentre outros, estão sendo estudados a partir de uma abordagem neurocientífica”, diz.



ENTREVISTA | Odette de Godoy Pinheiro e Juliana

UM ENCONTRO

Que convergências de pensamento e diferentes percepções de temas comuns à formação dos psicólogos podem ter duas profissionais formadas com muitos anos de diferença? O Jornal PSI fez as mesmas perguntas para Odette de Godoy Pinheiro, 79 anos – uma das referências na prática e no ensino de Psicologia – e Juliana Thomaz Batista, de 27 anos, psicóloga da Assistência Social, desde 2011.

Confira:

PSI – Quais os principais desafios da formação para quem pensa em atuar em áreas tradicionais como a Saúde, Educação, Justiça e Trabalho?

Odette – Formar profissionais será sempre um desafio, pois temos que ter a visão aberta para o futuro, sem perder de vista o que vivemos no presente e o que acumulamos no passado. As chamadas áreas tradicionais hoje já não se definem como há cinquenta anos. Cada uma delas se desdobrou em fazeres diversos, fruto de avanços e questionamentos teóricos e de uma prática que demanda ações novas. A formação dos psicólogos deve dar a eles condições de reconhecer o seu papel em uma sociedade que se transforma e a partir do conhecimento acumulado, rever práticas e inovar. A tradição não pode ser imobilizadora, mas um ponto de apoio para novas práticas a serem criadas. Os estágios dão as condições para o diálogo entre teoria e prática, desde que as instituições formadoras não imponham os seus conhecimentos e sim os

discutam a partir das questões colocadas pelos profissionais e a população usuária.

Juliana – Eu não tive contato profundo na graduação com essas áreas, talvez o desafio comece aí. A grade dos cursos de Psicologia varia bastante em cada faculdade/universidade. No curso que fiz, o aprofundamento em cada um desses campos dependia em grande medida de nós alunos e de nossas simpatias por este ou aquele campo. Isso é bom em certa medida. Posso dizer que tivemos contato com essas áreas, mas de modo introdutório. A partir daí, para maior contato, buscávamos optativas se tivéssemos interesse. O grosso do curso envolvia Psicanálise. Em cada instituição existe uma ênfase em alguma teoria ou campo.

PSI – E quanto às áreas menos tradicionais, como Esporte e Assistência Social?

Odette – As novas áreas que têm aparecido apontam para a necessidade da interdisciplinaridade e do diálogo com outras ciências e/ou profissões. O desafio que está colocado é formar profissionais seguros em sua identidade, para somar e trocar com os outros. Experiência em projetos de pesquisa e ação que agreguem diversas áreas são imprescindíveis para sairmos de nossa onipotência e do sentimento ainda presente de que o fazer do psicólogo é sempre sigiloso e incomunicável.

Juliana – Alguns desafios são parecidos com os das áreas tradicionais. Trata-se da busca de cada aluno pelas áreas com as quais sente maior afinidade. Talvez seja um pouco mais difícil a busca por aprofundamento. Hoje eu trabalho na Assistência Social – e tive contato com isso na graduação. Mas foi por acaso, pois não possuímos uma disciplina ou laboratório que oferecesse cursos

Thomaz Batista

DE GERAÇÕES

e estágios neste campo. O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) é recente também e, apesar de o psicólogo ser convocado a compor as equipes dos serviços da Assistência, na USP, por exemplo, se fala pouco sobre este campo. As perguntas sugerem uma formação técnica para o mercado de trabalho. Para mim, a formação vai além disso e o ambiente universitário possibilita uma formação importante que não se restringe à “oferta” e “consumo” de disciplinas. Um formação que se dá em meio a conversas e debates, tanto os formalizados na forma de seminários, simpósio, encontros etc., como aqueles nos corredores – em conversas informais com colegas e professores. Uma formação reflexiva e crítica que vai possibilitar posteriormente que a prática seja avaliada e revista. O desafio que surge disso é chegar ao mercado de trabalho, se for o caso, e atuar de forma reflexiva e crítica sobre nossas ações que sofrem pressão de demandas, muitas vezes, bastante técnicas e burocráticas.

PSI – Até que ponto a formação atual atende a demandas originadas na perspectiva das políticas públicas?

Odette – Em geral, a formação não atende ao que está sendo demandado. Existe uma distância grande entre as instituições de ensino, principalmente as privadas, e as políticas públicas. Em minha experiência pessoal, tive a oportunidade de participar de projetos que propunham a aproximação – a meu ver ideal – entre a universidade e o setor público, como os chamados Polos de Educação. Seria preciso uma análise cuidadosa para entender por que não foram adiante. Temo que o fator econômico seja muitas vezes impeditivo para integrar faculdades privadas, que são muitas, e o setor público com políticas que sofrem a influência de interesses políticos e eleitoreiros.

Juliana – De que demandas estamos falando? Demanda de quem? Demanda dos usuários dos serviços, demanda dos órgãos públicos, demanda das ONGs conveniadas (que empregam parte dos profissionais que vão compor as equipes)? Isso me remete a uma expectativa de qualificação técnica especializada do profissional que chega ao mercado de trabalho. As demandas que podem ser originadas do setor público são inúmeras e podem partir de diversas fontes. Muitos dos meus colegas optaram por atuar no setor público, ainda que nossa graduação não tenha enfatizado este campo. Talvez mais por uma escolha política do que por conta de uma formação técnica e especializada na área que seria oferecida pela universidade. Nesse sentido, eu seria obrigada a responder que minha formação não atendeu a essa demanda. Mas não acho que isso fecha a questão. Principalmente porque há pessoas lá dentro estudando, pesquisando e trabalhando para que isso mude. Por outro lado, posso dizer que respondem à demanda em alguma medida se pensarmos que as construções de políticas públicas têm a demanda urgente de crítica sobre a prática, de debate político, de avaliação e reflexão sobre o contexto ao qual se aplica, por exemplo.

PSI – Como áreas de caráter mais específico, como as Neurociências, podem contribuir com um projeto de amplo atendimento à população, sem anseio de controle social?

Odette – Não só a Psicologia, mas qualquer outra profissão que lida com o ser humano, pode ser usada para disciplinar, controlar e submeter as pessoas. Na Psicologia, em qualquer de suas áreas (tradicional ou novas), isso ocorre. A formação focada em princípios éticos e na relação indivíduo-profissional-sociedade pode tornar cla-

ro para os futuros profissionais o seu poder e os limites deste. Não podemos negar nossas competências e nem fazer uso cego das mesmas.

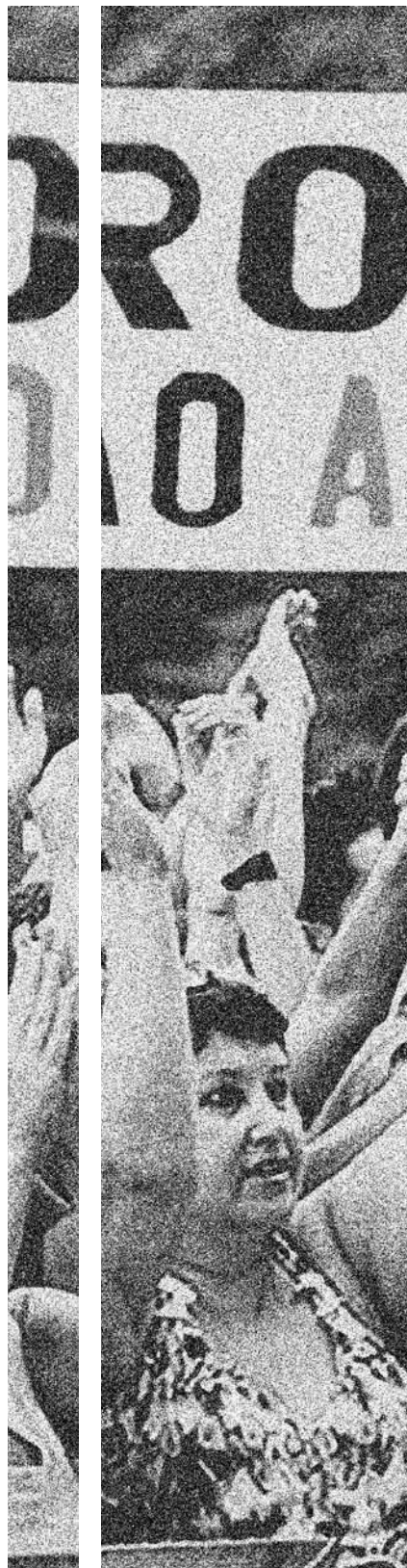
Juliana – No decorrer da graduação tive várias brigas com a Psicologia, e não só com as Neurociências, com relação a essa questão. No finzinho da graduação deparei com um autor no campo da Psicologia Social: (Ignacio) Martín-Baró (jesuíta e psicólogo espanhol, naturalizado salvadorenho, e teórico da Psicologia da Libertação). Ele se propôs a pensar sobre a questão das contribuições da Psicologia para os povos latino-americanos levando em consideração os diferentes contextos políticos e sociais dos países da região. Estou falando dele porque foi importante para mim e acho importante não só para pensar a Psicologia, a Neurociência e afins, mas para pensar a prática profissional de qualquer campo. A pergunta a se fazer é qual o papel que a prática vem desempenhando na sociedade, em que medida determinado saber, prática ou técnica reforçam e justificam a desigualdade, as relações que oprimem muitos em detrimento do bem-estar de poucos, por exemplo. A serviço de quem ou de quais interesses. Essa pergunta cabe ao médico, psicólogo, arquiteto, urbanista, engenheiro, etc. E o questionamento deve ser constante, não deve cessar. Porque as formas de opressão vão das mais escancaradas às mais sutis. Em que medida a atuação do profissional é capaz de abrir novas possibilidades de histórias? Por exemplo, existe uma técnica para tratarmos a água para que se torne potável e as pessoas possam utilizá-la em diversas atividades. Isso, a princípio, parece bom. Mas quando essa técnica é utilizada para privilégios de um grupo e restringe o acesso da maior parte das pessoas à água, se torna problemático. Por isso as perguntas “a partir de quem?”, “para benefício de quem?”, “de acordo com que interesses?” deveriam andar lado a lado com a ação. ●

crp sp: mais p

Novo modelo de gestão do CRP SP integra ações por meio de abordagem intersetorial e visa reforçar o diálogo com os(as) profissionais de Psicologia, os poderes e a sociedade.



Presente e plural



O ano de 2012 marcou uma virada no modelo de administração do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Em janeiro, a entidade implantou a gestão por projetos, aplicando as diretrizes do Planejamento Estratégico 2012. Segundo a psicóloga Carla Biancha Angelucci, conselheira do CRP SP, foram definidos seis projetos integradores para orientar as ações do Conselho. O objetivo é garantir o efetivo exercício profissional, a descentralização dos serviços, o fortalecimento das subsedes e, sobretudo, uma abordagem dos temas ligados à Psicologia sob uma perspectiva intersetorial e mais referenciada em situações do cotidiano.

Com isso, as ações do CRP SP passaram a ser realizadas por grupos reunidos em torno de seis projetos integradores: *Sistema Conselhos, Interfaces com a Justiça, Mundo do Trabalho, Regionalização, Medicalização de Crianças e Adolescentes, Judicialização da Vida e Patologização das identidades e dos gêneros e Proposição de Políticas Públicas*. Cada grupo é coordenado por um(a) conselheiro(a).

Para a viabilização do Planejamento Estratégico 2013 foram definidos objetivos, planos tático-operacionais e projetadas metas para cada um dos projetos integradores. O objetivo geral é ampliar os impactos e diálogos com os(as) psicólogos(as), e com os três poderes estaduais (Legislativo, Executivo e Judiciário) e com a sociedade.

Biancha Angelucci aponta as vantagens do modelo de Gestão por Projetos em relação ao anterior. Ele permite que a organização das atividades do CRP SP se baseie nos resultados desejados e que estão apontados no caderno de deliberações do VII Congresso Nacional de Psicologia (CNP), realizado em 2010. Isso amplia os canais de comunicação e aproxima o trabalho do CRP SP dos anseios da categoria, expressos no VII Congresso Nacional da Psicologia.

ARTICULAR AÇÕES NA SAÚDE

Um dos marcos da gestão 2010 - 2013, tem sido a construção das atividades por meio de uma abordagem intersetorial, privilegiando o diálogo entre os diferentes campos de atuação.

O modelo adotado anteriormente pelo CRP SP mesclava áreas temáticas da profissão com recortes populacionais. Se isso facilitava o aprofundamento dos temas, em contrapartida abria espaço ao processo de isolamento e à fragmentação das discussões, característico do trabalho focado por áreas.

“A intersetorialidade é capaz de produzir novos olhares e permitir uma articulação efetiva com as questões vividas no dia a dia profissional, sem abrir mão do conhecimento aprofundado e da complexidade de experiências e múltiplas relações entre os vários campos de saber. Assim, aquilo que tanto almejamos nas políticas públicas – que é a articulação de ações entre Saúde, Educação, Justiça, Assistência Social etc. –, passa a ser um modo de trabalho experimentado por todos nós”, explica Biancha Angelucci.

Para ela, apesar de desafiadora, essa questão exige um exercício de coerência, já que não é coerente trabalhar de maneira fragmentada as áreas da Psicologia ao mesmo tempo em que se critica o governo por criar inúmeras ações desconectadas voltadas para um mesmo público. “Uma mesma família pode ser atendida pelo Programa Saúde da Família (PSF), no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), na escola e no Conselho Tutelar, por exemplo, sem que qualquer desses serviços jamais planeje, em conjunto, como atender a essa família e com qual finalidade,” afirma.

Outra meta importante da atual gestão é promover o fortalecimento das subsedes. Atualmente, o CRP SP mantém uma sede na capital e nove subsedes no interior paulista: Assis; Baixada Santista e Vale do Ribeira; Bauru; Campinas; Grande ABC; Ribeirão Preto; São José do Rio Preto; Sorocaba; e

“A intersetorialidade é capaz de produzir novos olhares e permitir uma articulação efetiva com as questões vividas no dia a dia profissional, sem abrir mão do conhecimento aprofundado e da complexidade de experiências e múltiplas relações entre os vários campos de saber.”

BIANCHANGELUCCI,
conselheira do CRP SP

Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Biancha enfatiza as vantagens trazidas pelo modelo de Gestão por Projetos, aprimorando a diretriz de regionalização dos serviços prestados pelo CRP SP e valorizando o reconhecimento da diversidade das estratégias utilizadas nas regiões para alcançar um resultado comum. “Se temos clareza sobre a necessidade de divulgar referências para a atuação da Psicologia no contexto da Justiça, cada subseção pode eleger as estratégias mais adequadas para a realização desse resultado: enquanto uma região pode procurar interlocução com o Ministério Público, outra pode realizar rodas de conversa com usuários do sistema de Justiça e uma terceira região pode publicar materiais para a categoria. Assim, aumenta-se a autonomia da região, sem, contudo, fragmentar o projeto político do CRP SP”, observa.

CONSTRUÇÃO DE DIREITOS

A conselheira do CRP SP enumera algumas contribuições da entidade que colaboraram para conquistas recentes da sociedade no campo dos direitos, como a decisão de proibir o uso de algemas por mulheres do sistema prisional, no momento do parto; a participação intensa da entidade no Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, bem como na campanha desenvolvida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) com a mesma temática; a partir da quarta Inspeção Nacional de Direitos Humanos, o fechamento de instituições que diziam promover atenção em saúde mental de usuários de álcool e outras drogas, mas que cometiam graves violações aos direitos humanos; e, finalmente, a instalação da Frente Parlamentar Antimanicomial, comprometendo o Legislativo estadual paulista com uma das bandeiras mais preciosas defendidas pela Psicologia: a luta antimanicomial.

Embora inegáveis motivos de comemoração, essas conquistas estão longe de acomodar a gestão atual do Conselho, que está igualmente focada nos desafios que tem pela frente. Um deles é o Ato Médico, seja na aprovação do projeto, nas práticas cotidianas de operadoras de Saúde, ou mesmo na lógica da atenção pública, que acaba contrariando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) por desprezar o atendimento integral e a constituição de equipes multiprofissionais. Outro desafio é a inserção dos(as) psicólogos(as) na Educação, já que a legislação atual ainda não o(a) reconhece como profissional que tem contribuições específicas a dar nesta área.

No que depender do CRP SP, segundo a conselheira, esses desafios serão encarados de frente. Biancha vê com otimismo a participação da entidade nas duas questões. “Ambas são campanhas nacionais, mas temos certeza de que São Paulo pode promover grandes mudanças nos dois contextos, abrindo portas para a discussão em nível nacional”, acredita. ●





UM CRP DE TODOS OS (AS) PSICÓLOGOS(AS)

A gestão 2010-2013 conta com muitos avanços em seu processo de regionalização. As subseções sempre contaram com o trabalho dos(as) assistentes administrativos(as), que subsidiavam as ações de atendimento e organização de encontros entre psicólogos(as). Desde 2012, o atendimento aos (às) psicólogos(as) tem sido complementado, em cada uma das nove subseções, que passaram a contar com um(a) assistente técnico(a), ou seja, um(a) psicólogo(a) responsável por apoiar as atividades de orientação direta aos(às) profissionais da região, as fiscalizações do exercício profissional e de violações de direitos, bem como as discussões temáticas realizadas nas subseções. Assim, agora há uma equipe que conhece as necessidades da região, mapeia situações que exijam prioridade e dá suporte, com grande qualidade ética e técnica, às atividades políticas realizadas pela comissão gestora.

Importante ainda frisar outro avanço significativo: com a realização de um planejamento anual para todo o estado, as ações nas subseções cada vez mais se comunicam com as discussões realizadas em todo estado e no Brasil, assim como comportam a atenção às necessidades específicas, derivadas do cotidiano laboral em cada região. Afinal, a identidade do CRP SP se constrói, ao mesmo tempo, na relação com toda a categoria e na percepção das demandas de cada microrregião. Veja a seguir o quadro geral das subseções.

AS SUBSEÇÕES DO CRP SP

ASSIS

Psicólogos (as) na região	cerca de 2.500
Data de criação como delegacia	1979
Ano em que se tornou subseção	1993

BAIXADA SANTISTA E VALE DO RIBEIRA

Psicólogos (as) na região	cerca de 2.600
Data de criação como delegacia	1979
Ano em que se tornou subseção	1993

BAURU

Psicólogos (as) na região	cerca de 2.800
Data de criação como delegacia	1979
Ano em que se tornou subseção	1993

CAMPINAS

Psicólogos (as) na região	cerca de 11 mil
Data de criação como delegacia	1979
Ano em que se tornou subseção	1993

GRANDE ABC

Psicólogos (as) na região	cerca de 5 mil
Data de criação como delegacia	1985
Ano em que se tornou subseção	1993

RIBEIRÃO PRETO

Psicólogos (as) na região	cerca de 5 mil
Data de criação como delegacia	1979
Ano em que se tornou subseção	1993

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

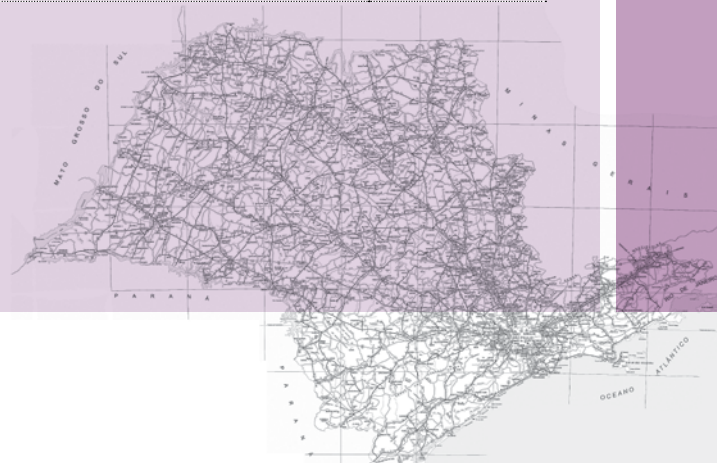
Psicólogos (as) na região	cerca de 2.600
Data de criação como delegacia	1985
Ano em que se tornou subseção	1993

SOROCABA

Psicólogos (as) na região	cerca de 4 mil
Data de criação da subseção	2010

VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

Psicólogos (as) na região	cerca de 3.500
Data de criação como delegacia	1979
Ano em que se tornou subseção	1993



PROCEDIMENTOS ÉTICOS: 50 ANOS DE CUIDADOS

Nesse número comemorativo dos 50 anos de regulamentação da profissão retomamos os Códigos de Ética Profissional dos Psicólogos que foram publicados ao longo desse período. Nosso objetivo é mostrar como foram constituídos, quais os princípios que permaneceram e quais foram alterados em função das mudanças históricas e sociais desse período.

O primeiro Código de Ética que orientou a conduta dos(as) psicólogos(as) foi elaborado pela Associação Brasileira de Psicologia em 1967 e conforme a Resolução CFP 008/1975 “oficiosamente” pautava as atividades do(a) psicólogo(a). Em 1975, o CFP aprova o Código da Associação Brasileira de Psicologia com algumas modificações e o publica como o Código de Ética dos Psicólogos do Brasil. Em 1979, a Resolução CFP 029/1979 revoga a anterior e estabelece o novo Código de Ética dos Psicólogos. O terceiro Código é publicado em 1987 (Resolução CFP 002/1987) e o atual em 2005 (Resolução CFP 010/2005).

Identificamos, desde o primeiro Código, a preocupação com uma atuação que preservasse sempre a dignidade do indivíduo e com a atualização constante dos conhecimentos teóricos e técnicos. A menção à relação cuidadosa com outras profissões e ao cuidado com a sociedade aparece desde o primeiro Código, embora a inserção de preocupações com questões sociais tenha se ampliado claramente no decorrer das mudanças propostas. O Quadro 1 exhibe os Princípios Fundamentais dos quatro Códigos de Ética. Percebe-se que os Códigos de 1975 e 1979 são semelhantes e que grande mudança houve em 1987. O Código de 2005 guarda muita semelhança com o de 1987, porém, ampliando a questão da atuação em contextos sociais diversos. A atuação clínica, claramente priorizada até o Código de 1979, passa a ser relativizada pela atuação do(a) psicólogo(a) em instituições empregadoras e em órgãos públicos.

Os avanços democráticos e da legislação trabalhista influenciaram sobremaneira as alterações dos Códigos de Ética. Como exemplo disso tomemos o Princípio Fundamental I dos primeiros códigos que foi retirado dos Códigos de 1987 e 2005, uma vez que o exercício de uma profissão regulamentada por pessoa não credenciada passou a constituir antes do que falta ética, infração legal.

Com relação ao segundo Princípio Fundamental, à dignidade do ser humano foi acrescida a integridade, liberdade e fundamentalmente a Declaração dos Direitos Humanos (1948), que já havia sido mencionada no Código de 1987, mas, no Princípio Fundamental VII que menciona as responsabilidades, direitos e deveres de modo geral do(a) psicólogo(a).

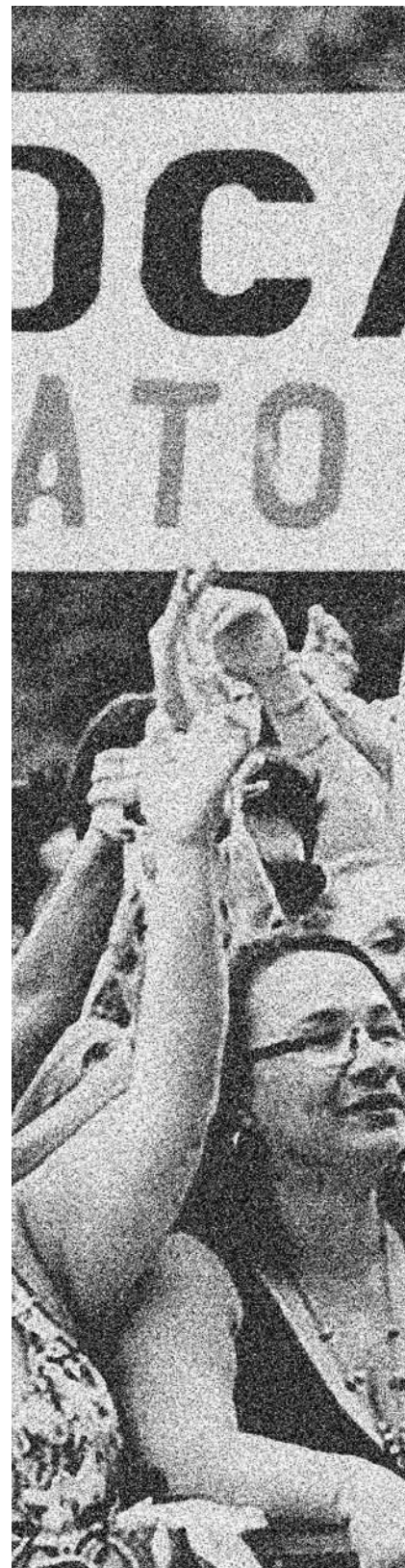
Interessante o que houve no caso do Princípio Fundamental II (nos Códigos de 1987 e 2005) e III (nos Códigos de 1975 e 1979), que trata em 1975 do bem estar da pessoa quando se tratar de relação profissional, depois, em 1979, do indivíduo e da humanidade, em 1987 inclui a descoberta de métodos para que isso seja alcançado e por fim, em 2005, há a menção expressa não do bem estar, mas da saúde e qualidade de vida e formas de lutar para sua garantia, evidenciando o posicionamento da Psicologia como profissão da área da saúde.

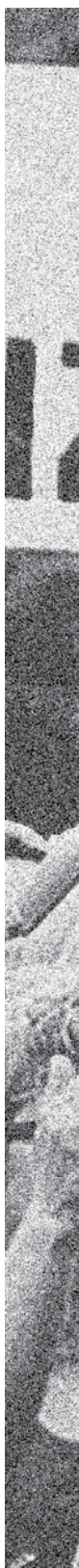
Outra alteração importante que corresponde à democratização do acesso à profissão diz respeito à introdução do Princípio Fundamental V no Código de 2005 que ressalta a necessidade de o(a) psicólogo(a) contribuir para o acesso às informações, conhecimento, serviços e padrões éticos da profissão.

Os Princípios Fundamentais são as bases do Código de Ética, diretrizes que espelham as crenças a respeito de como deve ser a atuação do profissional e por onde deve caminhar a ciência psicológica. Os artigos que seguem os Princípios Fundamentais são regras que mapeiam a prática. Ambos, Princípios Fundamentais e Artigos, sofreram as mudanças decorrentes das transformações sociais ao longo da história. É claro que continuarão a sofrer modificações, uma vez que são espelhos e não estátuas, refletem a sociedade e não meramente a observam (SANTOS, 2000).

Referências:

SANTOS, B.S. Crítica da razão indolente: contra o desperdício de experiência. v. 1. São Paulo: Cortez, 2007.
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 1975, 1979, 1987 e 2005.



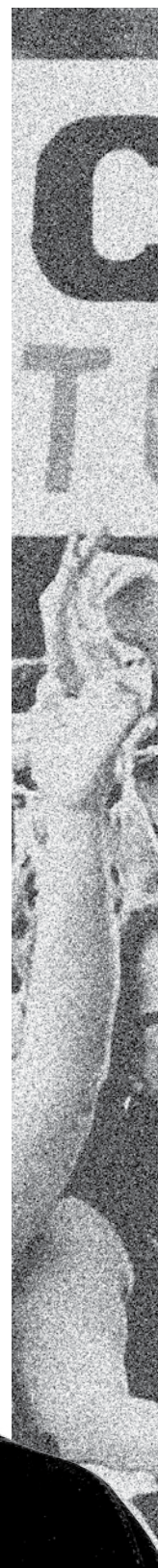
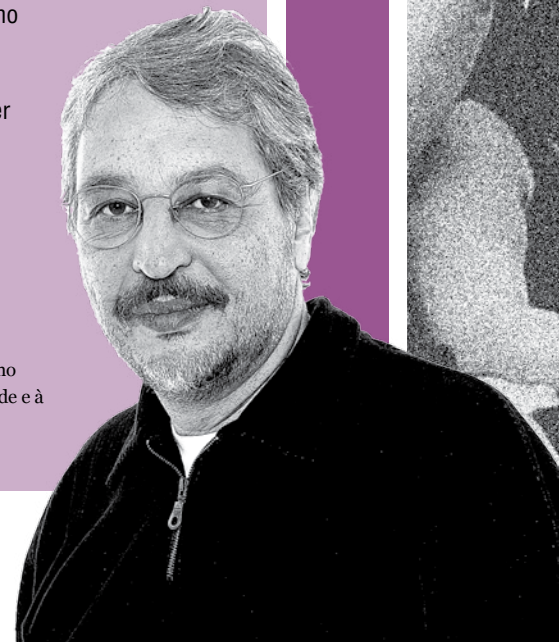


UM CÓDIGO ATUAL E AVANÇADO

Promulgado em 2005, o Código de Ética atualmente em vigor se destacou por um processo de ampla consulta aos(às) psicólogos(as) e por enfrentar um tópico polêmico: a questão do sigilo. De acordo com Odair Furtado, presidente do CFP à época da elaboração do Código, os debates começaram em encontros regionais, a partir dos quais se elaborou uma primeira proposta. O passo seguinte foi submetê-lo a uma consulta pública via Internet, permitindo, assim, acolher observações de todos(as) os(as) psicólogos(as) interessados(as). “Foi com base nesses levantamentos que uma comissão de especialistas deu forma ao que seria a primeira versão do Código”, relata. Nesse ponto, ao ser publicizada a proposta do novo Código, a questão da confidencialidade alcançou a mídia. Ao final chegou-se a uma formulação que garantia proteção ao(à) usuário(a) dos serviços.

Odair Furtado destaca ainda que o novo Código manteve avanços conquistados anteriormente. “O código de 1987, por exemplo, rompeu com uma visão deontológica dos códigos anteriores. Ele foi além das prescrições do tipo: o(a) psicólogo(a) deve fazer isso ou não pode fazer aquilo, para se estruturar a partir de Princípios, tendo como referência o respeito à dignidade e à integridade do ser humano. O Código de Ética de 2005 avançou nesse sentido ao estabelecer que o(a) psicólogo(a) baseará seu trabalho no respeito e na promoção da “liberdade, da dignidade e da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Odair Furtado: novo código avançou no sentido de garantir respeito à dignidade e à integridade do ser humano.



na diretriz dos di



FOTO: FÁBIO MASSIF | FUSÃO: LIGIA MINAMI

Nos últimos anos, a Psicologia consolidou a sua posição em defesa dos setores mais vulneráveis da população, colocando-se na linha de frente do debate para a construção de uma sociedade que entenda a diversidade como um valor a ser respeitado e promovido.

reitos humanos



A história dos 50 anos de regulamentação da profissão de psicólogo(a) acompanha a história das transformações políticas e sociais do país.

O marco regulatório, em 1962, por exemplo, atendeu a uma demanda pela ampliação do serviço de atenção psicossocial, na esteira de um processo crescente de industrialização do país. Os grandes deslocamentos populacionais evidenciaram a precariedade da infraestrutura das capitais. A mulher iniciou o seu movimento em direção ao mercado de trabalho. A sexualidade tornou-se alvo de discussão pública, graças à revolução de costumes dos anos 1960. Conflitos históricos ganharam novos desenhos. E outros surgiram como resultado das novas configurações dos centros urbanos e das famílias. O Brasil se tornou mais complexo. Viver nele, também.

O golpe civil-militar de 1964 impôs suas diretrizes à nascente Psicologia, como profissão. O modelo de desenvolvimento instituído com a ditadura privilegiou o tecnicismo. E, com ele, o reforço da autoridade e o controle social. Foram necessárias décadas de lutas para que a profissão rompesse com as limitações impostas pelo modelo autoritário.

Segundo a psicóloga Maria Orlene Daré, conselheira do CRP SP, coordenadora da subsede de Bauru, a mudança de paradigma foi resultado de um longo processo. “A convicção sobre a Psicologia como ciência neutra, detentora de um saber científico, com práticas que permitem controlar, enquadrar e adaptar o indivíduo às situações existentes deu lugar a propostas de ruptura desses modelos de atuação tradicional e a busca de alternativas, colocando a profissão a serviço da maioria da população, com ações direcionadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas”, afirma.

A conquista da democracia, com o retorno ao Estado de Direito, recoloca a esfera legal como um espaço decisivo para a criação de leis que amparem os direitos individuais sob o enfoque do direito coletivo. Nesse sentido, a Constituição de 1988 foi, para o Brasil, o que a Declaração Universal dos Direitos Humanos representou para o mundo do pós II Guerra Mundial (1939-1945). “Aparece a luta pela deselitização da Psicologia e um novo projeto para a profissão, em que se aposta em seu papel social, colocando na agenda profissional as Políticas Públicas e os Direitos Humanos – pautas estas consolidadas e deliberadas no V Congresso da Psicologia”, diz Maria Orlene.

As questões sociais que impactam as pessoas passaram a merecer a atenção dos profissionais de Psicologia, posto que afetam as subjetividades. Nesse contexto, ganhava cada vez mais relevo a Luta Antimanicomial, que desembocaria na reforma psiquiátrica e uma série de outras lutas em defesa de populações em situação de vulnerabilidade social, como a população encarcerada ou os povos indígenas. Surgem também regulações dirigidas a segmentos específicos da população e que se tornaram referências para a pesquisa e atuação profissional, entre elas o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), de 1990, e a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2006, e ratificada pelo Brasil em julho de 2008.

O envolvimento da Psicologia no debate sobre a construção de uma nova cultura social, baseada no direito universal de acesso à educação, ao trabalho, ao atendimento de saúde e ao lazer como requisitos para a cidadania – pilares da Constituição Brasileira de 1988 –, dirigiu o olhar da categoria para temas novos em sua realidade, como a educação inclusiva, a diversidade sexual e a reparação psicológica a pessoas que desenvolveram sequelas em razão de tortura sofrida na ditadura civil-militar de 1964-1985.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Lugar de criança é na escola, tenha ou não deficiência.

Esse pressuposto começou a ser construído com a ajuda da Psicologia, uma das profissões pioneiras para a mudança do modelo escolar de integração da criança com deficiência para o baseado em um conceito efetivamente inclusivo.

Segundo a psicóloga Carmem Silvia Taverna, colaboradora do grupo de História e Memória do CRP SP e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia (NEHPSI) da PUC SP, a Psicologia vem participando da construção de um modelo educacional inclusivo e dá um salto na questão dos direitos e da cidadania a partir do momento em que começa a fazer uma crítica em relação ao modelo que adotava anteriormente – baseado na avaliação e no tratamento das questões escolares, como a dificuldade de aprendizagem –, e passa a estudar e pesquisar os processos educacionais e escolares em seu contexto social, e não apenas as queixas específicas de aprendizagem.

“O profissional tira a criança do foco nas dificuldades e estende o olhar ao contexto em que a criança está inserida. Passa a contemplar e

aprofundar a avaliação do que se passa na escola que, por sua vez, é uma instituição determinada pelas questões sociais”, explica. Por isso, a seu ver, para que se efetive a inclusão “é fundamental o profissional conhecer seus próprios preconceitos, reconhecendo que uma criança com deficiência é capaz de conviver e aprender em uma escola regular”, diz Carmem. “Um psicólogo que acredita na necessidade de uma educação especial que exclua uma criança com deficiência da sala de aula regular precisa, portanto, rever suas concepções”, afirma.

DIVERSIDADE SEXUAL

A psicóloga Sandra Elena Sposito, conselheira do CRP SP na gestão 2007-2010, afirma que o paradigma dos Direitos Humanos é uma diretriz ético-política consolidada na Psicologia brasileira, “na medida que está oficializada no Código de Ética do Psicólogo, incorporada na formação profissional e norteia as práticas cotidianas de psicólogos e psicólogas”. Ela explica que os valores e os pressupostos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 constituem um projeto de humanidade que ainda está em construção.

“Trata-se de uma proposta que elege a existência humana, com dignidade, igualdade de direitos e fraternidade como um fim a ser almejado, implica também em enfrentar sem descanso as situações de violência, injustiça, preconceito e negligência que afligem as populações pauperizadas ou em situação de vulnerabilidade”, afirma Sandra. Segundo ela, os(as) psicólogos(as) brasileiros(as) devem agir em sua prática profissional, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, menos violenta e que garanta os direitos das pessoas, principalmente as que estão em ‘desvantagem’, ou seja, são vítimas de preconceitos e estigmatizações, em precárias condições de sobrevivência, em sofrimento psíquico decorrente de exposição a violências e violações de diversas ordens.

No que tange à diversidade sexual, a Psicologia tem estado em evidência como ciência e profissão que historicamente tem se posicionado na defesa tanto das homossexualidades quanto da despatologização da identidade de gênero. Sandra avalia que a defesa da diversidade sexual tem causado polêmicas e sofrido ataques de setores conservadores da sociedade brasileira, “no sentido de forçar um retrocesso na aceitação da diversidade sexual”. Dessa forma, ela enfatiza que “o compromisso social da Psicologia no âmbito da diversidade sexual implica no enfrentamento da homofobia presente em diversos segmentos sociais e também em se posicionar, intransigentemente, na defesa de uma compreensão da diversidade sexual não patológica e que tem o direito de existir sem retaliações, nem humilhações”.

Vale ainda frisar o compromisso da Psicologia com o livre exercício da sexualidade, ou seja, reconhecendo como legítimas as possibilidades de experiências sexuais e o direito de ter desejos. Por mais básica que soe essa afirmação, não são poucas as situações nas quais esse direito está cerceado por concepções culturais e/ou religiosas.

REPARAÇÃO PSICOLÓGICA

Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP na Gestão 2007-2010, a psicóloga e psicanalista Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Dodora, escreveu o estudo *Dor e desamparo – filhos e pais, 40 anos depois*, em que aborda as lembranças de filhos(as) de militantes políticos(as) brasileiros(as) atingidos(as) pela ditadura civil-militar de 1964 a partir de relatos pessoais mostrados no documentário *15 filhos*, de Marta Nehring. Atualmente, ela integra a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

De acordo com Dodora, eles(as) também sofreram as consequências das torturas infringidas a seus familiares. Isso por-





ESPAÇO PARA EXISTIR

Participação como sujeito e convívio social são determinantes para o tratamento de pessoas com transtornos mentais

O convívio social desempenha um papel fundamental no tratamento de pessoas em sofrimento mental. Para a psicóloga e conselheira do CRP, Marília Capponi, a atenção psicossocial envolve a possibilidade de exercer as potencialidades. “Por isso muitos(as) usuários(as) dos serviços de saúde mental se ligam a projetos que envolvem arte e comunicação, pois têm a possibilidade de criar, inventar, produzir”, afirma. “É importante, contudo, que se organizem coletivos de arte, cultura e comunicação sem ligação direta com o tratamento para que os(as) usuários(as) de saúde mental circulem como cidadãos(ãs), sem rótulos”.

Organizar esses coletivos não é tarefa fácil. Faltam incentivos para tanto, sem falar nas barreiras relacionadas ao estigma que ronda essas pessoas. Ainda assim, existem avanços. Um bom exemplo são os projetos de geração de trabalho e renda, na perspectiva da economia solidária. Nesses projetos os(as) participantes têm a oportunidade de gerar renda para si e, em muitos casos, para a família, passando a ter outro lugar social na comunidade.

Sem um apoio efetivo por parte do estado, muita coisa se faz pelo movimento social ou pela força de trabalhadores(as) e usuários(as) de saúde mental que vestem a camisa dos projetos, diz Marília. “Um desses projetos é a Ala - Loucos Pela X, da escola de samba X9 Paulistana, organizada por técnicos(as) e usuários(as) de saúde mental. Eles(as) confeccionam as fantasias e desfilam no Carnaval, sempre com muita animação.”



“Essa vontade de reduzir a idade penal é, em grande parte, fruto de uma ideia equivocada de que o(a) adolescente que comete um ato infracional não é responsabilizado(a).”

LUCIA TOLEDO,
secretária-executiva do Cedeca
Interlagos e colaboradora do CRP SP

que, segundo ela, não existe divisão entre tortura física e psicológica. “O sofrimento não se encerra quando o evento que o gerou termina. Ele tem uma inserção no campo do afeto e da memória que se transforma em marca permanente. Toda experiência vivida é incorporada para sempre. É necessário aprender a lidar com essa dor que se carrega a fim de não deixar que a lembrança continue provocando sofrimento”, diz.

Dodora chama a atenção para o fato de que a tortura não desapareceu com o fim da ditadura. “Já acontecia antes de 1964 e continua acontecendo hoje, em prisões, delegacias e lugares utilizados para obter informações ou apenas causar sofrimento a bandidos e supostos bandidos – quase sempre, jovens e pessoas pobres em situação de vulnerabilidade social.”

O debate sobre os crimes praticados por agentes públicos a serviço do Estado durante a ditadura, gerado a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade, é uma oportunidade para os(as) psicólogos(as) se atualizarem sobre esse período. Dessa forma, eles poderão estar prontos a atuar nesta questão.

“A tortura tem uma espécie de invólucro nefasto, que é o segredo. O próprio militante torturado não falava sobre essa experiência,

porque para ele foi algo devastador. Os torturadores se beneficiaram desse silêncio por muito tempo. Ela tem uma dimensão pública, mesmo tendo sido feita às escondidas. Isso porque a experiência da tortura repercute em todos os que se relacionam com quem foi torturado. A nossa profissão tem muito a contribuir se engajando no trabalho de reparação psicológica, que só tem efetividade pela reconstrução dos laços sociais da pessoa que sofreu esse tipo de maus-tratos.”

Vale lembrar que o Sistema Conselhos de Psicologia desenvolve uma ação visando receber testemunhos de psicólogos(as) que tenham relatos sobre sua experiência durante o período da ditadura civil-militar. Só em São Paulo, cerca de 40 profissionais manifestaram desejo de participar da iniciativa e tiveram suas declarações registradas.

Tais declarações comporão material produzido por todo o Sistema Conselhos de Psicologia.

REDUÇÃO DA IDADE PENAL

A desigualdade social, o racismo, a concentração de renda e a insuficiência de políticas públicas estão entre as principais causas da violência. De acordo com a psicóloga Lúcia Toledo, secretária-executiva do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) e colaboradora do CRP SP, o antídoto para isso não é uma ação repressiva e sim políticas sociais que colaborem, de fato, para a promoção de vida junto a crianças e adolescentes em situação de violência.

Para ela, a discussão sobre a maioria penal repercute na sociedade devido à estigmatização do(a) jovem em conflito com a lei. “Essa vontade de reduzir a idade penal é, em grande parte, fruto de uma ideia equivocada de que o adolescente que comete um ato infracional não é responsabilizado. Na verdade, ele é responsabilizado, sim, mas por meio de medidas socioeducativas que privilegiam, como o próprio nome diz, o caráter educativo, respeitando





as condições de proteção integral e considerando o sujeito em seu estado de desenvolvimento, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).”

Não fosse o caráter socioeducativo, Lúcia enfatiza, essas medidas seriam iguais às aquelas aplicadas aos(as) adultos(as). “Infelizmente, nossa realidade mostra que há uma distorção do caráter socioeducativo das medidas propostas pelo ECA. Não é por acaso que, hoje, 98% dos adolescentes privados de liberdade na Fundação Casa, em São Paulo, não cometeram atos infracionais graves. Apenas 2% deles deveriam estar cumprindo a medida socioeducativa de privação de liberdade, que é a de caráter mais repressor. Isso também revela um descrédito em relação a outras medidas intermediárias, como liberdade assistida, semiliberdade e prestação de serviços à comunidade.”

Vale reforçar a importância das ações de promoção da vida como resposta para as situações de violência envolvendo crianças e adolescentes. Promoção de pontos de cultura, de transformações envolvendo a educação formal, ações que conduzam, enfim, a um protagonismo no processo social.

LUTA ANTIMANICOMIAL

A psicóloga Lumêna Almeida Castro Furtado, ex-presidenta do CRP SP e atual secretária de Saúde do município de Mauá, na região do ABC, entende que a Luta Antimanicomial simboliza um dos principais desafios do nosso tempo: o respeito às diferenças. “Para isso acontecer é preciso disseminar a ideia de que a diferença é constitutiva – por ser parte indissolúvel da sociedade deve ser entendida com o direito de ser e, por isso, valorizada. A Luta Antimanicomial tem um grande peso nesta construção. Cabe lembrar que os psicólogos se integraram neste debate desde a primeira hora, 20 anos atrás.”

Ela lembra que a Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216/2001) foi aprovada há mais de 10 anos. “Não estamos mais falando

de um movimento social, mas sim de uma ação organizada da sociedade que conquistou um marco para a mudança do padrão de atendimento psicossocial. E temos uma política pública nacional com esse objetivo, que vem sendo implantada há mais de oito anos.

Segundo Lumêna, há muitas experiências locais interessantes acontecendo. Santos foi um marco como a primeira cidade brasileira sem manicômio. Hoje temos Campinas, Recife e Belo Horizonte, para citar algumas, trabalhando nessa perspectiva. Políticas que dão certo na área de Saúde Mental são políticas intersetoriais, envolvendo diferentes Secretarias (Educação; Cultura, Esporte e Lazer e outras) na formação de uma rede de cuidados a usuários de saúde mental. Essa articulação permite viabilizar o atendimento psicossocial nos moldes em que acreditamos.”

Lumêna entende que a proposta de tratamento antimanicomial não é bem entendida pela grande imprensa. “Nesse debate, os(as) profissionais que combatem a proposta têm muito mais espaço para falar e escrever na mídia tradicional, o que faz com que a informação chegue à maioria da sociedade com um viés que não contribui para consolidar a nova visão.”

Esta agenda é, segundo ela, um divisor entre projetos de sociedade, especialmente no estado de São Paulo, onde ainda se busca ampliar a internação, o número de leitos psiquiátricos e construir centros totalitários para cuidados de autismo. Nesse contexto também se encontram ações do governo estadual endereçadas à chamada Cracolândia. Vende-se a ilusão para as famílias e para a sociedade de que seus(suas) filhos(as) ou parentes vão receber, enfim, tratamento. De fato, os(as) usuários(as) são apenas internados(as) e as estatísticas mostram que a reincidência é elevada. “Para se contrapor a esse modelo arcaico é preciso atuar segundo a ótica inclusiva, com montagem de redes de cuidados em vez de redes higienistas”, afirma Lumêna. ●

que psic



No final de 2011, um grupo de psicólogos(as) de orientações as mais diversas tomou parte no *workshop* Perspectivas Estratégicas para a Psicologia. O encontro, plural, nasceu do interesse e da mobilização do professor César Ades, então diretor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Psicólogo e um dos maiores especialistas em Etologia no Brasil, Ades entendia que, assim como já ocorria com outras áreas de conhecimento, era fundamental estender um olhar para a frente, definir propostas e traçar caminhos também para aquela que era sua área de formação. Ele participou ativamente dessa primeira reunião, mas não pode ver seu projeto avançar. Um acidente sofrido na esquina da Avenida Paulista com a Rua Peixoto Gomide, na capital paulista, resultou em complicações que o levaram à morte em 14 de março de 2012.

ologia teremos?

“ O professor César Ades era a alma do projeto. Sua morte provocou, além de comoção, um certo desarranjo no andamento das discussões”, diz a professora da PUC SP e uma das participantes do encontro, Maria da Graça Marchina Gonçalves. Ela assegura, contudo, que prossegue a sistematização das propostas inicialmente discutidas e que os diálogos sobre o futuro da Psicologia deverão ser retomados. Os debates foram desenvolvidos em torno de quatro pautas estratégicas: Políticas Públicas, Formação, Profissão e Ciência. No texto a seguir, o *Jornal Psi* apresenta um esboço de algumas questões inicialmente levantadas e as observações de alguns dos participantes do *workshop*.

PROFISSÃO

O cenário atual da profissão e os caminhos que poderá seguir demandam uma compreensão prévia do que aconteceu nos últimos 50 anos, avalia a relatora desse tópico, a professora Ana Bock, da PUC SP e do Instituto Silvia Lane. “No Brasil, a Psicologia se apresentou como um recurso para a modernização do país, de acordo com o projeto da elite, oferecendo um aparato técnico e tecnológico que facilitava a mensuração e o ajustamento dos indivíduos às demandas sociais”, diz. Esse projeto, liberal, se consolidou no período da ditadura civil-militar no país, mas passou a ser questionado nos anos 80, com a estagnação do desenvolvimento socioeconômico e das camadas médias.

“As portas das universidades haviam se aberto, mas não havia mais lugar para todos. Onde e em que atuar? Estavam dadas as condições para a chamada crise da identidade profissional”. Questionamentos e contradições emergiram desse cenário. No serviço público, por exemplo, os(as) psicólogos(as) que adentraram essa área levaram com eles(as) o sonho liberal e as formas de atuação restritas que aprenderam em seus cursos. “Isso fazia da Psicologia

uma profissão marcada pelo modelo clínico de consultório, mesmo quando ela se desenvolvia em serviços públicos de saúde, educação e outros”, afirma.

Na esteira da democratização, ocorreram o fortalecimento dos sindicatos e a articulação dos(as) psicólogos(as) em diversas entidades. Uma novidade no final dos anos 90 foram as estratégias desenvolvidas pelos Conselhos de Psicologia visando ao desenvolvimento de novas práticas em Psicologia. A I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia foi, possivelmente, o evento de maior destaque no sentido de apontar para um novo projeto da profissão, orientado pelo compromisso social.

Trata-se, segundo Ana Bock, de um processo ainda em evolução. O repertório metodológico e tecnológico capaz de satisfazer essa nova demanda ainda precisa ser desenvolvido. “No campo teórico, por exemplo, ainda persiste o modelo da formação baseado nas teorias e sistemas psicológicos, modelo predominante na década de 1970, quando o foco da formação era voltado para a atuação liberal em psicoterapias.”

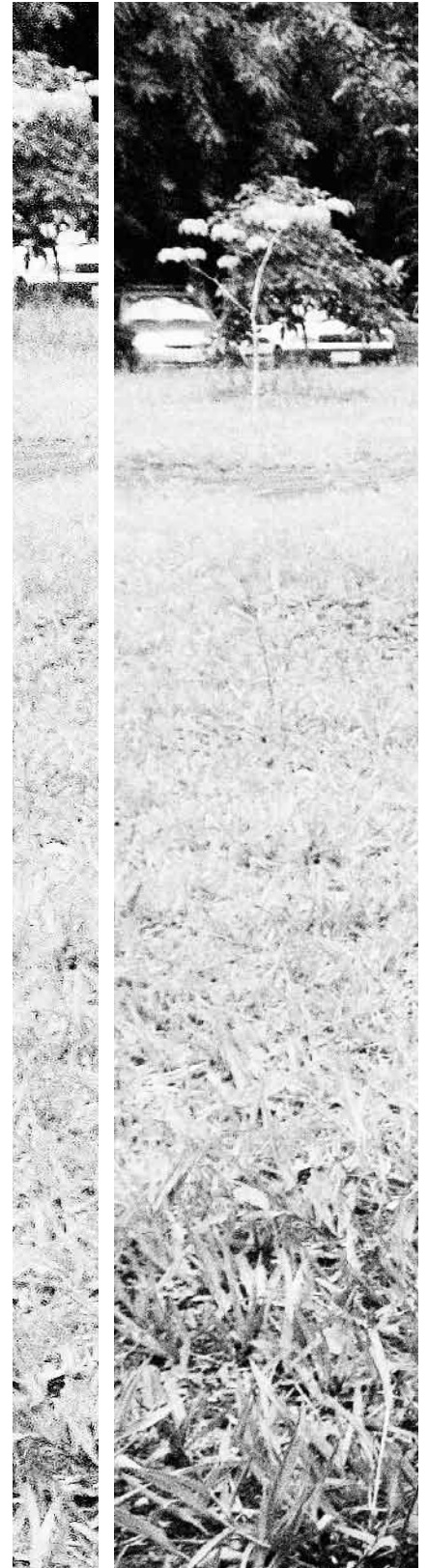
Esse descompasso entre demandas sociais e formação em Psicologia gera insegurança profissional. É possível apontar, contudo, o crescente debate em torno dessa questão. Que perspectivas estão em debate para futuro? Os tópicos a seguir, debatidos durante o *workshop*, levantam uma agenda:

PARA O ENSINO

- O modelo curricular centrado nas abordagens teóricas deve ser superado, abrindo lugar para as questões da realidade social.
- Os(As) psicólogos(as) devem exercitar mais, na formação, a abordagem interdisciplinar, rompendo com visões segmentadas nas áreas e permitindo leituras mais complexas da realidade.

PARA A MELHOR INSERÇÃO SOCIAL

- Os(As) psicólogos(as) devem ser estimulados(as) a perceber e a construir sua atuação como um trabalho na e para a sociedade.
- Estímulo à construção de projetos de sociedade mais igualitária, mais democrática, com condições dignas de vida para todos.



“um dos desafios para o futuro é pensar a produção de ciência e conhecimento concebidos na perspectiva de uma aplicação social ética, respeitando os preceitos de respeito aos Direitos Humanos”

MARY JANE SPINK, professora da PUC SP

- Os(as) psicólogos(as) devem incorporar as novas tecnologias informacionais em sua formação e desenvolvimento profissional.

PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

- Os resultados das pesquisas precisam ser encontrar maior interlocução com as experiências de formação em nível de graduação.

POLÍTICAS PÚBLICAS

A atuação dos(as) psicólogos(as) no campo das políticas públicas ainda é recente e desse fato decorre uma série de situações que foram examinadas durante o *workshop*, diz a relatora do tópico, Graça Gonçalves. Segundo ela, políticas públicas têm a ver com a universalização de direitos, o que remete à necessidade do(a) profissional em trabalhar com populações, em larga medida, pauperizadas. “Essa ‘mudança de clientela’, comparada àquelas, de classe média ou alta, predominantemente atendidas no passado, coloca em evidência uma série de necessidades ainda não preenchidas: começando na formação e na pesquisa; passando por aspectos profissionais, como remuneração e condições de trabalho, e chegando à prática, com as demandas próprias

desse campo”, afirma.

Segundo Graça Gonçalves, iniciativas como o CREPOP tem sido importantes para a criação de referências de atuação nas políticas públicas mas ainda há muito o que percorrer. Ela cita, por exemplo, a dificuldade em lidar com a pobreza e com a violência em contextos mais pauperizados, que surgiu em recente pesquisa com psicólogos(as) atuando no Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). “Falta, entre outras coisas, criar uma tecnologia social, capaz de dar conta de formas de organização do trabalho psicológico, formas de contatos, e objetivos, entre outros aspectos”, avalia.

Trabalhar em políticas públicas, contudo, também significa, para o Psicólogo(a), ir além do atendimento “na ponta” e estar envolvido tanto com aspectos como a gestão dos serviços como com, numa visão ainda mais ampla, a própria definição de políticas que, em última análise, serão condições fundamentais para efetividade do trabalho desenvolvido. “Uma das constatações no *workshop* foi a de que há, na literatura, uma grande reticência sobre a Psicologia se envolver de maneira substantiva na política”, relata Graça Gonçalves. “A exceção mais notável foi a Luta Antimanicomial, que mostrou a importância de uma inserção engajada.”

A forma como o(a) psicólogo(a) se insere nos equipamentos é outro desafio. As propostas de trabalho interdisciplinar e multiprofissional são bem-vindas no sentido de que superam recortes da academia (o sujeito não se fragmenta para solicitar este ou aquele atendimento). Contudo, a construção da identidade profissional não ocorre sem grandes dificuldades nesse contexto. “A gente ainda não se vê no campo das políticas públicas”, afirma Graça Gonçalves. “É comum, por exemplo, que o psicólogo que atua na área da saúde se veja menos como um psicólogo e mais como um profissional de saúde. Muitos profissionais entram nessa área como psicólogos, mas à medida em que começam a ter domínio do campo, a produzir e pensar naquele contexto, eles ‘esque-

cem’ da área de origem”. Um desafio estratégico para a Psicologia, portanto, é pensar e reconstruir sua legitimidade e identidade.

FORMAÇÃO

O *workshop* traçou um quadro geral sobre a formação dos(as) Psicólogos(as), mas não chegou a estabelecer propostas. Entendeu-se, segundo Odair Furtado, professor da PUC SP, que este seria um objetivo a ser tratado, com o devido tempo, numa segunda reunião. Ainda assim, algumas questões ganharam relevo nas discussões, em particular a da especialização.

Para colocar em perspectiva a situação atual da formação, foi feita uma análise que recuou à década de 1970. Então, sob influência do regime civil-militar, ocorreu um forte processo de massificação e privatização do ensino que deixou para trás a proposta de uma formação elitista até então vigente. Assim, se até os anos 1970 chegavam ao ensino superior apenas 2% da população entre 18 e 25 anos, o processo de massificação elevou esse índice para algo em torno de 10%. Assim como outros cursos, o de Psicologia também foi alavancado nesse processo. Decorrência disso é, hoje, a existência de aproximadamente 200 mil psicólogos(as) registrados nos Conselhos, além de estimados 100 mil psicólogos (as) formados(as), mas que não exercem a profissão.

Segundo Odair Furtado, a criação dessa massa ajudou a dar peso à profissão, mas gerou questões sobre a sua absorção pelo mercado de trabalho e, mais ainda, sobre que perfil de psicólogo(a) formar, considerando demandas sociais futuras. Ele acredita que essas demandas existem e deverão aumentar na esteira do crescimento do país. “O Produto Interno Bruto do Brasil passou de 400 bilhões de dólares na década de 90 para os atuais 2,4 trilhões de dólares. Ao mesmo tempo, contudo, a população brasileira continua pobre e a infraestrutura do país, precária. Mudar esse quadro levará tempo. E nesse perspectiva de mudanças é possível vislumbrar uma forte necessidade de psicó-

logos trabalhando em políticas públicas e ajudando, de formas diversas, a diminuir as distâncias entre as classes sociais”, afirma.

Odair Furtado entende que as Diretrizes Curriculares estabelecidas em 2004 para a Psicologia acertaram ao caminhar na direção de uma formação generalista na graduação. Não era uma solução óbvia, uma vez que a tendência à especialização, tal como ocorre na Medicina, se tornou um vetor poderoso desde o acordo MEC/USAID na década de 1960. Ocorre que a questão das especializações, segundo ele, se encontra em ponto de ser repensada.

A questão não é serena. Há, segundo o professor, quem defenda que elas não são necessárias. Outros contudo, acreditam que elas devem existir, seja para melhorar a qualidade no serviço prestado, seja para servir como um direcionador na profissão. “As especializações atualmente existentes atendem a critérios estabelecidos pelos Sistema Conselhos, mas muitos desses cursos são livres, o que deixa esse quadro um tanto solto. Se a opção for por avançar por um caminho mais demarcado será necessária uma ampla discussão”.

CIÊNCIA

Três aspectos abordados nos debates envolvendo o futuro da Psicologia como ciência ganharam destaque: a pesquisa como campo concorrencial; a capacidade de criação de redes e diversidade de visões e a preocupação com os desdobramentos éticos das pesquisas. Ainda que não esgotem todos os desafios referentes a essa questão, eles servem de ponto de partida para discussões mais amplas, afirma a professora da PUC SP, Mary Jane Spink.

CAMPO CONCORRENCIAL – A Psicologia, segundo ela, admite no seu interior abordagens distintas. Algumas mais próximas das chamadas ciências “duras”, caracterizáveis pela busca de dados mensuráveis; outras mais próximas das ciências sociais, caracterizáveis por interpretações. Ainda que essa seja uma separação artificial e

questionável sob aspectos diversos, ela ajuda a pensar sobre um fator importante no desenvolvimento da Psicologia como ciência: a forma como ocorrem os estímulos à produção científica.

Segundo a professora, é possível dizer, grosso modo, que as pesquisas no lado “duro” são mais fáceis de justificar e consequentemente de obter apoio (verbas). Esse é um fato relevante quando se leva em consideração a atual política de incentivo a publicações, como forma de estimular a produção científica. Ainda que se identifique aspectos positivos nessa iniciativa, é preciso assinalar a ocorrência de distorções, seja em aspectos menores (o fatiamento, a publicação em partes de um estudo ou pesquisa, de modo a satisfazer artificialmente um volume de publicações), seja em aspectos estratégicos (o direcionamento das pesquisas, quais receberão mais incentivos, quais não receberão).

“É nesse sentido que a pesquisa se configura como um campo concorrencial em que se mesclam estratégias de visibilidade e capacidade de articulação”, afirma Mary Jane Spink. “O futuro da pesquisa psicológica depende, portanto, da capacidade de articulação de seus pesquisadores de modo a ter presença nos principais órgãos de decisão sobre prioridades e distribuição de auxílios à pesquisa”.

CAPACIDADE DE RETICULAÇÃO – A direção das pesquisas em Psicologia também depende, é claro, de outros fatores. Um dos cenários futuros, por exemplo, diz respeito à capacidade de formação de redes, seja em âmbito nacional, seja no cenário internacional. “A ciência é uma prática social e como tal depende de redes complexas de atores, humanos (pessoas, sobretudo) e não humanos (apoio financeiro, legislação, publicações, etc.)”, afirma Mary Jane Spink. “O papel da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), por exemplo, tem sido fundamental no sentido de incentivar a formação dessas redes, respeitando a necessária pluralidade de abordagens em pesquisa”.

INVENÇÃO DO FUTURO E ÉTICA – De acordo com a professora Mary Jane Spink, não se trata de questionar a importância ou validade desta ou daquela abordagem, mas de reconhecer a existência de novas demandas. “Quando a Psicologia se debruça sobre uma área nova – como, por exemplo, a de emergências e desastres – é necessário levar em consideração não apenas as demandas prementes decorrentes dessas situações, mas o posicionamento ético-político que extrapola o momento presente e leva em consideração os efeitos gerados por nossas pesquisas. Ou seja, as pesquisas são elementos potentes de definir modos de existência”, afirma. “Portanto, um dos desafios para o futuro é pensar a produção de ciência e conhecimento concebidos, na perspectiva de uma aplicação social ética, respeitando os preceitos de respeito aos Direitos Humanos”.

Nesse cenário mais geral, alguns tópicos merecem destaque:

A intervenção dos psicólogos(as) ainda é muito marcada pela aplicação de práticas, mais do que pela criação. Falta uma tecnologia social que dê conta das necessidades sociais. Utilizamos aplicações inadequadas que não respondem às especificidades da população alvo das políticas públicas. Faltam novas ferramentas de intervenção.

Há uma carência de militância intelectual. O que se constrói nas políticas volta pouco para a Psicologia. Isso acaba não ajudando a mudar a Psicologia, que não se debruça sobre si e se repensa.

Preocupação com a separação entre ciência, formação e profissão. Poderíamos promover debates para que pudessemos articular melhor esses eixos, rompendo com as soluções históricas que produzimos e que falharam (cada área, em determinado momento, achando que daria conta de construir respostas para o avanço da Psicologia).

Como colocou o professor César Ades, nossa militância é acadêmica, nasce de ideias, textos discussões. “Ou nós formatamos ou somos formatados. Essa é a essência da estratégia”. ●

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP n.º 3862/2010, oriundo do Processo Ético CRP/SP n.º 03/07, faz divulgar a penalidade de CASSAÇÃO DO REGISTRO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL, ad referendum do Conselho Federal, ao psicólogo por:

- realizar, na avaliação psicológica para concessão da Carteira Nacional de Habilitação, exame complementar denominado “Espelho Enantiodrômico”, explicando tratar-se de pesquisa, porém sem embasamento científico, baseado em documentos sem data e indicação de autoria ou de autoria própria, apresentando a cada candidata uma versão sobre o objetivo do experimento e denotando o quão frágil e longe de uma padronização científica encontrava-se o mesmo.

- realizar pesquisa à revelia da Resolução CNS 196/96, não submetendo o projeto a um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, protocolo com definição prévia do objeto, objetivos, metodologia riscos e termo de consentimento livre e esclarecido.

- utilizar exame desconhecido pela Psicologia e sem validade científica, com finalidade diversa da explicação oferecida, levando candidatas a submeterem-se a pesquisa com conotação sexual e a situação vexatória e constrangedora.

- comprometer a qualidade do trabalho, deixando de avaliar e apresentar a conclusão dos testes psicológicos aplicados, demonstrando falta de rigor técnico e zelo.

- atender candidatos encaminhados a outro psicólogo com quem dividia a clínica.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Princípios Fundamentais I, III e V, Art. 1º “c”, Art. 2º “m” e “n”, Art. 3º “a”, Art. 30 “a” e “d” e Parágrafo Único.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP n.º 2619/2011, oriundo do Processo Ético CRP/SP n.º 04/07, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, à psicóloga por:

- produzir declaração resultante de avaliação psicológica sem que houvesse vínculo profissional e condições técnico-científicas para isso, posto que se deu a partir de vínculo social, com agravante de que o documento fez parte de ação judicial.

Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Art. 2º “m” do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP n.º 4321/2010, oriundo do Processo Ético CRP/SP n.º 24/07, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, à psicóloga por:

- ter realizado atendimento psicoterápico de adolescente em Posto de Saúde, e nesta condição, solicitado a presença de policiais ao lhe ser confiado pela mesma que portava drogas.

- ter quebrado o sigilo sem que houvesse razão ou fato que justificasse tal atitude.

- não ter informado à adolescente que iria chamar a Polícia, tendo sido a mesma submetida à revista policial na frente da psicóloga, configurando-se ainda mais o rompimento da confiança com a profissional.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Princípio Fundamental I, Art. 1º “c” e Art. 21.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP n.º 07/08, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, à psicóloga por:

- ter persuadido indivíduos em busca de emprego a realizar avaliação psicológica, por meio da informação de que esta seria essencial para que efetivamente o candidato pudesse concorrer a supostas vagas de trabalho.

- não ter analisado o panorama nacional do mercado de trabalho, não tecendo considerações críticas diante da responsabilidade social e política de sua profissão.

- ter sido conivente com práticas ilegais vinculadas a informações enganosas sobre vagas de trabalho.

- não apresentar o CRP e seu número de registro, em textos de sua autoria, na qual nomeou-se como psicóloga.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo: Princípios Fundamentais III, VI e VII, Art. 1º “c”, “e” e “f”, Art. 2º “e”, Art. 3º e Art. 20 “a”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP n.º 3227/2011, oriundo do Processo Ético CRP/SP n.º 26/08, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, à psicóloga por:

- ter participado do encaminhamento de adolescente interno da FEBEM para atendimento psicológico particular, pago pela família do adolescente, desrespeitando o Art. 94 inciso IX do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que afirma ser dever do Estado fornecer atendimento psicológico aos adolescentes sob custódia do Estado, não atuando com responsabilidade frente aos deveres da instituição com a população.

- ter contribuído para a perpetuação da violação de um direito garantido pelo ECA. A norma está claramente expressa na lei. O dever pela prestação do serviço é da instituição e o adolescente e sua família não podem, em hipótese alguma, serem prejudicados pela ineficiência do Estado, vendo-se obrigados a pagar pelo serviço para que o adolescente tivesse seu direito garantido.

- não ter usado dos conhecimentos da Psicologia no encaminhamento e no manejo da situação em questão, não considerando os princípios da profissão.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo: Princípios Fundamentais I e III, Art. 1º “c” e “e” e Art. 2º “e”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP n.º 06/09, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, à psicóloga

, por:

- fazer divulgação pública, através da internet, associando a psicologia a técnicas não reconhecidas pela profissão, oferecendo serviços que não estão entre as qualificações do profissional psicólogo.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo: Art.1º “c”, Art. 2º “f” e Art. 20 “c”.

*Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM CONCURSO PÚBLICO

Um(a) participante de um concurso público relata que no edital constava que seria realizado exame psicológico. Ocorre que após a avaliação psicológica foi emitido um parecer de não apto. Após entrar com recurso, teve acesso ao laudo e queixa-se que foram citados apenas seus defeitos e nenhuma de suas qualidades.

O(A) psicólogo(a) explica que o(a) participante foi aprovado(a) nas provas objetivas, mas contraindicado(a) na avaliação psiquiátrica. O(A) psiquiatra solicitou avaliação psicológica complementar, que foi feita a partir de entrevista e do teste Rorschach. Concluiu que o(a) participante apresentava ansiedade e dificuldade de atenção, que interfeririam em sua produção.

Foram verificadas inadequações no relatório psicológico produzido. Nele, o(a) profissional não descreve a demanda (motivo da avaliação), não menciona os procedimentos utilizados e esclarecimentos dos mesmos ao(à) candidato(a). Há falta de coerência na escrita e correlação entre os procedimentos utilizados e resultados. Não há clareza na conclusão e não foi realizada devolutiva ao(à) candidato(a). A elaboração do relatório sem o rigor técnico necessário e o descumprimento das referências contidas na Resolução CFP 07/03 fez com que a qualidade do trabalho prestado ficasse comprometida. Embora o(a) psicólogo(a) argumente desconhecer a Resolução, o desconhecimento não o(a) exime da responsabilidade ética.

Diante de todo o exposto, ficou comprovado que o(a) psicólogo(a) infringiu o Código de Ética Profissional (*):

DAS RESPONSABILIDADES GERAIS DO PSICÓLOGO

Art. 1º - São deveres fundamentais do Psicólogo:

...

c) prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficiente, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional.

Além da Resolução CFP 07/03, que aborda a elaboração de documentos escritos pelo(a) psicólogo(a) decorrentes de avaliação psicológica em diversos contextos, é importante pontuar que o Conselho tem uma Resolução que aborda especificamente a avaliação psicológica em concurso público: a Resolução CFP 01/02, que neste ano está fazendo 10 anos de publicação.

Na avaliação psicológica em concurso público é necessário o cumprimento de uma série de requisitos, tais como ter previsão legal e no edital, constar no edital as características psicológicas exigidas pelo cargo, explicitando-as a partir do perfil profissiográfico do cargo objeto do concurso, previsão de entrevista devolutiva, recurso e outras. Saiba mais acessando o site www.crsp.org.br item “Concursos”.

* Resolução CFP 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/05.

(Artigo da Resolução CFP 10/05 - Código de Ética vigente a partir de 27/08/05 relacionado ao tema exposto: Art. 1º “c”). Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 06/07, disponível no site: www.crsp.org.br - item “legislação”.



Conselho Regional
de Psicologia SP

